



SME ITABORAI
Secretário Escolar

LÍNGUA PORTUGUESA

Análise e interpretação de texto (compreensão geral do texto	1
Ponto de vista ou ideia central defendida pelo autor	5
Argumentação	5
Elementos de coesão	7
Inferências	9
Estrutura e organização do texto e dos parágrafos)	10
Tipologia e gêneros textuais.....	10
Figuras de linguagem.....	31
Emprego dos pronomes demonstrativos.....	37
Relações semânticas estabelecidas entre orações, períodos ou parágrafos (oposição/ contraste, conclusão, concessão, causalidade, adição, alternância etc.).....	40
Relações de sinonímia e de antonímia	42
Sintaxe da oração (período simples; termos fundamentais e acessórios da oração; tipos de predicado) e do período (período composto por coordenação e por subordina- ção).....	43
Funções do que e do se.....	48
Emprego do acento grave	53
Emprego dos sinais de pontuação e suas funções no texto	55
Ortografia.....	60
Concordâncias verbal e nominal	62
Regências verbal e nominal	64
Emprego de tempos e modos verbais. Formação de tempos compostos dos verbos...	67
Colocação pronominal.....	72
Questões	75
Gabarito.....	87

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

Educação, sociedade e cultura	1
Os pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser	3
Psicologia da educação: teorias da aprendizagem.....	5

SUMÁRIO



Contribuições [de piaget e vygotsky à educação	9
Currículo: concepções, elaboração, prática, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade [e transversalidade	15
Políticas públicas: políticas públicas inclusivas de educação	18
Educação e cultura afro-brasileira.....	28
Diversidade e sexualidade	30
Tecnologias na educação	33
Bullying	36
Cotidiano escolar: integração docente e discente.....	39
Modalidades de gestão	42
Conselho de classe, reuniões pedagógicas, formação continuada, planejamento, acompanhamento e avaliação.....	45
Projeto político-pedagógico	47
Lei nº 9.394/96	48
Lei nº 12.796/2013 (Que altera a lei nº 9.394/96)	80
Plano nacional de educação - lei nº 13.005/2014	83
Estatuto da criança, e do adolescente — lei nº 8.069/1990 (Eca): artigos 1º a 24 e 53 a 69; parte especial: título i; título ii; título iii título v — artigos 131 a 140.....	106
Constituição federal'88 — artigos 206 a 214.....	128
Emenda constitucional nº 53, de. 19/12/2006, Publicada em 20/12/2006	133
Lei nº 11.645 De 10/03/2008	136
Lei orgânica do município de itaborai.....	137
Legislação para inclusão de pessoa com deficiência lei n.º 13.146 De 06/07/2015 e suas alterações	189
Base nacional (comum curricular	221
Protagonismo infanto-juvenil	276
Questões	278
Gabarito.....	285

ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ITABORAI

Lei nº 502, de 04 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o estatuto dos funcionários públicos civis do município de itaborai; lei n.º 1.392, De 03 de julho de 1996, que dá nova redação à lei municipal n.º 502, de 04 de dezembro de 1979.....	1
Questões	50
Gabarito.....	54

SUMÁRIO



HISTÓRIA DE ITABORAÍ

À cidade; história	1
Prédios históricos	13
Região metropolitana	20

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Conceitos de arquivamento	1
Administração de materiais	19
Organização dos documentos: prazo de guarda e conservação preventiva	46
Estatuto da criança e do adolescente	48
Plano nacional de educação	49
Projeto político e pedagógico	49
Importância do papel do secretário escolar.....	49
Planejamento e suprimento de materiais: organizações, recursos, classificação e armazenamento.....	51
Patrimônio escolar e princípio de gestão ambiental e sustentabilidade.....	51
Ética e relações interpessoais na escola	53
Legislação escolar.....	54
Questões	54
Gabarito.....	61

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.





Fundamentos da educação

A educação é um dos pilares fundamentais na construção e desenvolvimento das sociedades modernas. Ela vai além da simples transmissão de conhecimentos formais, abrangendo a formação de valores, atitudes e comportamentos que são essenciais para a convivência em sociedade. A educação não apenas reflete a cultura de uma sociedade, mas também desempenha um papel ativo na sua transformação e evolução. Neste sentido, a educação pode ser entendida como um processo multifacetado, que engloba a educação formal (escolarização), informal (vivências cotidianas) e não formal (cursos e atividades extracurriculares). Cada uma dessas dimensões educacionais contribui, de maneira específica, para a formação de cidadãos e para a perpetuação ou mudança dos valores culturais e sociais.

O conceito de cultura, por sua vez, está diretamente ligado às práticas, tradições, crenças e conhecimentos acumulados por uma sociedade ao longo do tempo. A cultura não é estática, mas dinâmica, sendo influenciada por mudanças sociais, econômicas e tecnológicas. Neste cenário, a educação atua como um veículo de transmissão cultural, mas também como um espaço de crítica e reinvenção.

Este texto analisará a relação intrínseca entre educação, sociedade e cultura, destacando como esses elementos se inter-relacionam e se influenciam mutuamente.

A Relação entre Educação e Sociedade

A educação e a sociedade mantêm uma relação simbiótica e complexa, onde uma influencia diretamente a outra. A sociedade estabelece o sistema educacional, decidindo currículos, métodos e objetivos da educação, enquanto a educação forma cidadãos que irão atuar e influenciar o futuro da própria sociedade. Nesse contexto, a educação tem o papel de transmitir os valores e normas sociais, promovendo a socialização dos indivíduos desde a infância até a vida adulta.

Uma das funções mais significativas da educação é a promoção da coesão social. Através do processo educativo, indivíduos aprendem a compartilhar normas e valores que são essenciais para a convivência pacífica e para a manutenção da ordem social. No entanto, a educação também pode ser vista como um mecanismo de controle social, onde os conteúdos ensinados refletem os interesses das classes dominantes, perpetuando desigualdades e limitando o questionamento de normas sociais estabelecidas.

A educação é muitas vezes apresentada como uma ferramenta de mobilidade social, capaz de oferecer oportunidades iguais a todos os cidadãos. No entanto, na prática, essa igualdade de oportunidades nem sempre é alcançada. O acesso desigual a uma educação de qualidade, as disparidades entre as redes pública e privada e as diferenças no apoio familiar e social são fatores que limitam a função emancipadora da educação. Portanto, discutir a relação entre educação e sociedade implica analisar também as desigualdades sociais e o impacto dessas desigualdades no acesso e na qualidade do ensino oferecido.

Educação e Cultura: Uma Relação Recíproca

A educação e a cultura têm uma relação de reciprocidade e interdependência. A cultura influencia o conteúdo e a forma da educação, ao mesmo tempo em que a educação contribui para a manutenção e transformação cultural. O processo educativo é, essencialmente, um processo de transmissão cultural, onde conhecimentos, valores e tradições são ensinados às novas gerações. Entretanto, a educação não se limita a essa função transmissora; ela também atua como um espaço de questionamento e renovação cultural.

Um exemplo claro dessa dinâmica é a educação multicultural, que busca valorizar a diversidade cultural existente dentro de uma sociedade. Ao invés de promover uma visão única e homogênea da cultura, a educação multicultural reconhece e respeita as diferentes identidades culturais, promovendo uma sociedade mais inclusiva e democrática. Esta abordagem educativa desafia o conceito tradicional de cultura dominante e questiona preconceitos e estereótipos, buscando uma educação mais equitativa.



Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais De Itaboraí

LEI MUNICIPAL Nº 1.392, DE 03/07/1996

DÁ NOVA REDAÇÃO À LEI MUNICIPAL Nº 502, DE 04 DE DEZEMBRO DE 1979.

O Povo do Município de Itaboraí, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou e eu Prefeito do Município, em seu nome sanciono a seguinte.

Art. 1º A Lei Municipal nº 502, de 04 de dezembro de 1979, que cria o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Itaboraí, passa a vigorar com a seguinte redação:

“LEI Nº 502, DE 04/12/79

DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO MUNICÍPIO DE ITABORAÍ

O Povo do Município de Itaboraí, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou e eu Prefeito do Município em seu nome sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I - CAPÍTULO ÚNICO - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

ABRANGÊNCIAS:

Art. 1º Esta Lei estabelece o regime jurídico dos Servidores Públicos do Município de Itaboraí de Itaboraí.

Parágrafo único. Aos Funcionários regidos por lei especial serão aplicados, subsidiariamente, as disposições desta Lei.

SERVIDOR PÚBLICO

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, o Servidor público é o cidadão, legalmente investido em cargo público de provimento efetivo ou em comissão, que percebe vencimento ou remuneração dos cofres municipais.

CARGOS PÚBLICOS

Art. 3º Cargo Público é o conjunto autônomo de atribuições, deveres responsabilidades cometidas ao servidor público, criado por lei, em número, com denominação própria e vencimento específico, a cargo dos cofres municipais.

PROVIMENTO

Art. 4º Os cargos públicos pode ser de provimento efetivo ou de provimento em comissão.

ACESSIBILIDADE AOS CARGOS PÚBLICOS

Art. 5º Os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros observadas as condições legais e regulamentares assim como as disposições estabelecidas por ocasiões de concursos.

CONCURSO PÚBLICO

Art. 6º É obrigatória a aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos para o primeiro provimento efetivo em cargo público.



História de Itaboraí

— Origens e Fundação de Itaboraí

Itaboraí, situada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, tem suas raízes ligadas ao processo de colonização portuguesa no Brasil, com um desenvolvimento inicial impulsionado pela agricultura e pela ocupação religiosa. A formação da cidade se deu em um contexto de expansão territorial e de catequização, onde indígenas e colonos portugueses interagiram, com as atividades econômicas inicialmente focadas na agricultura e pecuária.

Colonização e Primeiros Habitantes

O território que hoje corresponde a Itaboraí era originalmente habitado por povos indígenas, em sua maioria das etnias Tupi e Guarani. Esses grupos viviam da pesca, da caça e da agricultura de subsistência, com uma relação de respeito e harmonia com o meio ambiente. A chegada dos colonizadores portugueses, porém, transformou profundamente essa dinâmica.

– **Apropriação das Terras Indígenas:** Com a expansão do território da Capitania do Rio de Janeiro, iniciada no século XVII, houve um processo de tomada das terras indígenas para a construção de vilas e fazendas. Os colonos estabeleceram-se na região, atraídos pelas terras férteis e pela proximidade com a cidade do Rio de Janeiro, que já despontava como centro administrativo e econômico da colônia.

– **Influência dos Jesuítas:** A Companhia de Jesus, ordem religiosa católica, teve um papel central na fundação de Itaboraí e na organização das primeiras atividades econômicas locais. Os jesuítas chegaram ao Brasil com a missão de catequizar os povos indígenas, promovendo sua integração à sociedade colonial e à fé católica. Em Itaboraí, fundaram aldeamentos e desenvolveram uma estrutura agrícola, utilizando mão de obra indígena nas plantações de cana-de-açúcar, principal atividade econômica da época.

Origem do Nome “Itaboraí”

A denominação “Itaboraí” vem do tupi-guarani e significa “pedra bonita” (ita = pedra, pora = bonita, i = sufixo nominal), refletindo características da paisagem local, que possuía afloramentos rochosos e belezas naturais que marcaram os primeiros habitantes. A escolha do nome também reforça a conexão da cidade com suas raízes indígenas, que embora tenham sofrido com o processo de colonização, deixaram traços culturais e linguísticos na identidade da região.

Desenvolvimento Inicial e Primeiras Atividades Econômicas

Durante os primeiros anos de ocupação, a economia de Itaboraí foi predominantemente agrícola, com ênfase na produção de cana-de-açúcar. As grandes fazendas e engenhos instalados pelos colonos portugueses dependiam de mão de obra indígena e, posteriormente, da mão de obra escravizada africana, introduzida em larga escala para atender às demandas da produção agrícola.

– **Engenhos de Cana-de-Açúcar:** A cana-de-açúcar era o principal produto agrícola do Brasil colonial, e Itaboraí fazia parte dessa dinâmica. Os engenhos, que processavam o açúcar para exportação, formaram o centro da economia local. Ainda que não tenha se tornado um dos maiores polos produtores de açúcar, Itaboraí fornecia insumos e produtos para o Rio de Janeiro e outras regiões da colônia.

– **Pecuária e Agricultura de Subsistência:** Além do cultivo de cana-de-açúcar, a pecuária e a agricultura de subsistência também desempenharam papéis importantes. Pequenos agricultores e fazendeiros produziam alimentos como milho, mandioca e feijão, que serviam tanto para o consumo local quanto para abastecer os centros urbanos em expansão.



Conhecimentos Específicos

A Arquivologia é uma ciência que estuda os princípios e técnicas para a gestão de documentos, garantindo sua preservação e acesso ao longo do tempo. Sua importância reside no papel fundamental que exerce na organização e na administração de informações, essenciais para o funcionamento eficiente de qualquer entidade, seja pública ou privada. A correta gestão documental é vital para a transparência, a memória institucional e a eficiência organizacional.

Os princípios e fundamentos da Arquivologia são a base que sustenta todas as práticas arquivísticas. Eles orientam desde a criação e classificação dos documentos até sua conservação e eventual destinação final. Entender esses princípios é crucial para qualquer profissional da área, pois são eles que garantem a integridade, a autenticidade e a acessibilidade dos documentos ao longo do tempo.

— Princípios da Arquivologia

Conceito e Definição de Princípios Arquivísticos

Os princípios arquivísticos são diretrizes fundamentais que orientam a prática da Arquivologia, assegurando que os documentos sejam geridos de maneira eficiente e eficaz. Esses princípios servem como base para a tomada de decisões em todas as fases do ciclo de vida dos documentos, desde sua criação até sua destinação final. Eles garantem a integridade, a autenticidade e a acessibilidade dos documentos, permitindo que as informações contidas neles sejam recuperadas de forma confiável quando necessário.

Princípio da Proveniência

O princípio da proveniência, também conhecido como princípio do respeito aos fundos, estabelece que os documentos devem ser organizados e mantidos de acordo com seu produtor original. Isso significa que os documentos criados por uma entidade ou indivíduo devem ser preservados juntos, refletindo a estrutura administrativa e funcional da entidade produtora. Esse princípio assegura que o contexto original de criação dos documentos seja mantido, facilitando sua interpretação e uso futuro.

Princípio da Organicidade

A organicidade refere-se à inter-relação entre os documentos de um mesmo fundo arquivístico. Este princípio destaca que os documentos não devem ser vistos de forma isolada, mas como parte de um conjunto maior que reflete as atividades e funções da entidade produtora. A organicidade permite que se compreenda a estrutura organizacional e os processos administrativos que deram origem aos documentos, proporcionando uma visão mais completa e precisa das informações contidas no arquivo.

Princípio da Indivisibilidade

O princípio da indivisibilidade, ou princípio da integridade, defende que os arquivos devem ser mantidos inteiros e completos, sem fragmentações ou retiradas arbitrárias de documentos. A integridade dos arquivos é essencial para garantir que as informações sejam preservadas em seu contexto original e possam ser interpretadas corretamente no futuro. Qualquer retirada ou separação de documentos pode comprometer a compreensão do conjunto documental e sua utilização.

Princípio da Cumulatividade

A cumulatividade destaca que os arquivos são formados de maneira contínua e progressiva ao longo do tempo. Esse princípio reflete a natureza dinâmica dos documentos, que são acumulados à medida que novas atividades e operações são realizadas. A cumulatividade enfatiza a necessidade de uma gestão contínua dos documentos, garantindo que eles sejam devidamente incorporados ao arquivo e organizados de maneira sistemática e coerente.